

MARIA DE LOURDES VIEGAS *

Perplexa, atônita e indignada, a população brasileira diariamente toma conhecimento de novas denúncias de corrupção, denúncias que na atualidade envolvem o desvio de milhões de dólares do orçamento da União. Pobre orçamento, que quando divulgado já se apresenta como um "personagem falido", vivendo de um "mínimo salário" e "com grande dívidas a saldar", sempre se dizendo sem condições de aumentar os recursos disponíveis para atender às suas necessidades básicas — saúde, educação, habitação e, quem sabe?, alimentação!!! É deste personagem falido que se destina uma parcela irrisória de recursos para a saúde do povo brasileiro...

Como diretora-geral de um hospital público do Rio de Janeiro, não poderia deixar de me reportar a fatos tão atuais e que me atingem como a qualquer outro cidadão digno deste país, pois na mídia, ao lado dessas notícias, surgem aquelas que se referem ao atendimento no setor da saúde, e em especial à crise que acomete os hospitais públicos do Rio de Janeiro.

Hoje estamos conscientes do porquê de não existirem verbas suficientes ao financiamento de determinadas áreas do setor público, consideradas de alto custo e pouca lucratividade, sendo que é justamente neste grupo que se enquadra o setor da saúde, o qual, embora conste da Constituição brasileira como "direito de todo cidadão e dever do Estado", permanece como prioridade somente em campanhas políticas, mas jamais para que se atenda ao interesse do povo brasileiro. Até quando este suportará tal ônus?

O Hospital da Lagoa, situado na Zona Sul do Rio de Janeiro, hoje com a maturidade de seus 31 anos, vive do passado para dar esperanças ao futuro que lhe parece muito sombrio.

Outrora referência no país, pela excelência de seu corpo clínico e equipamentos modernos, elogiado pelos usuários que ali eram atendidos pelo alto padrão



de qualidade em assistência médica, luta para sobreviver ao sucateamento imposto pela política de saúde nos últimos anos, pelos sucessivos governos brasileiros. Com a falta global de recursos humanos, principalmente de enfermagem e técnicos especializados, foi obrigado a desativar 150 dos seus 350 leitos; o setor de emergência fechou as suas portas em fevereiro deste ano; o seu centro cirúrgico, composto por 13 salas, funciona atualmente com somente seis, o que reduz a menos da metade a capacidade de realização de cirurgias, principalmente as mais complexas.

Apesar de todas as dificuldades citadas, neste ano de 1993 atingiremos uma produtividade de 3.700 atos cirúrgicos, 220 mil consultas nos diversos ambulatórios especializados, além de mantermos os 200 leitos sempre ocupados (principalmente por sermos referência para tratamento de Aids na Zona Sul do Rio de Janeiro, temos um gasto estimado para o seu custeio anual em US\$ 10 milhões, cinco milhões a menos do que foi desviado por uma única pessoa acusada pela CPI do Orçamento).

Esta situação repete-se nas demais unidades da saúde do Rio de Janeiro, principalmente aquelas ainda sob a gestão do Governo Federal, pois a única solução para reposição de recursos humanos será através da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), que permitirá a realização de concurso público. Entretanto, esta decisão deverá levar em conta uma política da isonomia salarial para todos os funcionários desta área, onde as discrepâncias observadas são absurdas, desde o menor e indigno salário pago ao médico da Secretaria Estadual de Saúde até o maior, e ainda assim claramente insuficiente, pago pelo Governo Federal, se levarmos em conta a importância e a responsabilidade da natureza do serviço prestado. Nunca é demais lembrar, plagiando o poeta: "Porque com gente, é diferente..."